

UMA MORFOLOGIA DA HISTÓRIA: AS FORMAS DA HISTÓRIA ANTIGA*

Norberto Luiz Guarinello **

RESUMO

O artigo tem como objeto a História, enquanto disciplina científica, e como objetivo definir as maneiras como os historiadores narram o passado por meio de “formas” que conferem sentido a conteúdos desconexos. O artigo analisa, em particular, as formas que operam na chamada “História Antiga”, procedendo a uma desmontagem dos pressupostos que dão sentido à disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: *História Antiga. Metodologia. Teoria da História.*

INTRODUÇÃO

Este artigo reúne algumas idéias preliminares sobre o modo como os historiadores produzem História e, em particular, sobre a historiografia da

* Conferência proferida no St. John's College da Universidade de Oxford, Inglaterra, em 12 de junho de 2003. A tradução para o português é do próprio autor. Partes desta pesquisa foram financiadas pela Fapesp e pelo CNPq. O texto deve muito às contribuições apresentadas no debate sucessivo à apresentação, em particular aos Profs. Miriam Griffin, Fábio Favarsani, Fábio Duarte Joly, Carlos Augusto Machado, Olivier Heskier e Maria Prezler.

** Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: guarinel@usp.br.

História Antiga. Meu objetivo é duplo. Primeiro, apresentar algumas idéias muito particulares sobre o modo como os historiadores pensam o passado para conferir-lhe sentido e apresentá-lo a seus leitores. Como uma disciplina científica, a História produz conhecimento efetivo, mas esse conhecimento também tem limitações. Aqui insistirei nas limitações, mas tendo em mente que limites são inerentes a qualquer tentativa de entender e interpretar o mundo. Em segundo lugar, este artigo é uma tentativa de repensar meu próprio campo de especialização, a disciplina convencionalmente chamada História Antiga. Pretendo examiná-la como uma área particular no campo da ciência histórica, ressaltando sua contribuição específica para uma compreensão mais ampla das sociedades humanas. Mas pensar sobre História Antiga, como veremos, é também refletir sobre a artificialidade das próprias fronteiras internas que a História Científica criou dentro de si mesma e sobre suas conseqüências para uma compreensão mais global de sociedades humanas.

A PRÁTICA DA HISTÓRIA: TEORIAS, MODELOS E FORMAS

Começemos com uma pergunta bastante ampla: o que é História Científica? Qual seu objeto de estudo? Não é uma pergunta fácil. Em minha perspectiva, o objeto da História não é algo real, no sentido de ser uma coisa, algo que possa ser definido com precisão dentro de claros limites espaciais, cronológicos e conceituais. A História científica, em todos seus campos de especialização, opera de fato com formas (ou, antes, f(ô)rmas), mediante as quais os historiadores tentam dar sentido ao passado, criando uma sensação de realidade e de completude (ANKERSMIT, 1988). Esta afirmação tem tons pós-modernistas, sem dúvida, mas não estou preocupado aqui com o debate sobre o suposto caráter retórico ou fictício da disciplina. Aceito o estatuto científico da História e a validade e utilidade de seus produtos.¹ O problema que desejo investigar são essas “formas” que há pouco mencionei, pelas quais o historiador tenta fazer o passado inteligível para o presente.

O que é uma forma no trabalho de um historiador? Para entender o sentido dado aqui a esta palavra tenho que fazer algumas observações

¹ Contento-me aqui em transcrever as palavras de Cameron (1989, p. 206): “At least some elements in most historical narratives can in principle be falsified: it follows then that a historian’s relation to some such concepts as ‘truth’ must of necessity be different from that of, say, a novelist or a literary critic. The abandonment of this relation not only brings History in a Derridean denial of its own value, but also removes all distinctions between it and other narrative forms”.

preliminares. Primeiramente, é importante ter em mente o modo como os historiadores produzem e escrevem História. Normalmente, História é pensada como *res gestae*, ou como *narratio rerum gestarum*. Ou seja, o passado como tal, como aconteceu realmente, ou sua reconstrução ou narrativa por um especialista, um cientista moderno. Porém, os historiadores não narram ou reconstróem o passado, pela razão simples que o passado nos é inacessível, não existe mais e não pode ser reavivado ou recuperado como realmente foi. O único acesso que temos ao passado é pelo presente, por objetos, textos ou recordações de indivíduos vivos que existem *hinc et nunc* que os historiadores, com seu olhar treinado, identificam como restos de um passado que já não existe, como sobrevivências que podem ser tratadas como documentos. O universo desses vestígios constitui um terceiro sentido para o termo História: o de passado realmente existente hoje.

Tais vestígios, contudo (e este é um ponto crucial), não importa sua quantidade ou qualidade, não são o próprio passado, mas algo bastante diferente. Não são representativos do que aconteceu de um modo uniforme ou regular; não são o passado como se reduzido a uma versão pequena de si mesmo. São mais como escassos pontos de luz na escuridão: isolados, desordenados, caóticos, filtrados, irregulares. Permitem-nos falar sobre o passado sem jamais vê-lo. Esta possibilidade tem, porém, um custo, porque estes restos caóticos também determinam nossas visões do passado. Realidades que não deixaram vestígios, fossem importantes ou não, desapareceram completamente, estão fora de alcance, permanecerão sempre desconhecidas, coisas esquecidas. Mas até mesmo o que sobreviveu só nos permite representar o passado de um modo muito indireto, por múltiplas mediações. Estas mediações são precisamente o que denominamos “Ciência da História”, e as formas são uma parte decisiva delas. Algumas dessas mediações, como teorias ou modelos, são freqüentemente explícitas. Outras, como as formas, são bem menos visíveis.² Pensemos um momento sobre essas mediações, antes de olhar especificamente para as formas.

Sobre o que é a História dos historiadores? É uma produção específica das sociedades modernas, mas também uma parte da memória coletiva, ou antes, uma parte da produção social da memória, e muito particular. Seu

² “The demonstration could be repeated from what one is tempted to call primary evidence, but evidence conveys nothing outside a framework... It is not a bad idea to inspect the foundations once in a while and prod the framework” (REEVE, 2001, p. 246).

principal pressuposto é ser uma Ciência e, portanto, diferente da ficção histórica e de outros produtos da memória coletiva. Isso é assim porque, entre outras coisas, pressupõe que haja ordem no passado ou, em outras palavras, que a História (acontecida) é racional, que as sociedades humanas sempre foram organizadas e que seu desenvolvimento segue certos princípios (até mesmo se o princípio for o puro acaso). Também é científica porque considera que os documentos são o fundamento de qualquer reconstrução do passado, a base com a qual se pode confirmar ou negar realidades e a prova definitiva de que uma ordem existiu no passado.

Essa ordem é fixada por teorias ou modelos de realidade (cuja diferença não discutirei aqui). As teorias e os modelos usados por historiadores são precisamente pressuposições da existência de uma ordem, da mesma maneira que as várias teorias e modelos de realidade da Física (relativística, quântica). Na História, contudo, os modelos diferem grandemente entre si, porque a realidade social é mais complexa que a natureza. E também, é preciso reconhecê-lo, porque há interesses sociais diferentes, e até mesmo contraditórios, na produção científica da memória, e estes interesses mudam com o passar do tempo.

Teorias e modelos são mediações. Têm um papel fundamental na prática da História, no modo como os historiadores a escrevem. Estes selecionam fatos entre os vestígios (os documentos), baseando-se em certas teorias da sociedade e da ação humana e em modelos mais específicos da sociedade que querem estudar. Teorias e modelos são cruciais; são modos de encarar os objetos pesquisados, de selecionar fatos pertinentes e pô-los em relação. Mesmo quando implícitos, teorias e modelos são modos de transformar os vestígios em interpretações do passado e de propor reconstruções específicas da história humana ou de partes dela. Eles relacionam os fatos desconexos que aparecem nos documentos de vários modos, por exemplo, considerando-os concomitantes ou colocando-os em relação de causa e efeito. Se, para um historiador, eventos políticos ou a atitude das elites forem fatores decisivos na História, ele selecionará informações dos documentos para extrair eventos e relacioná-los, explicando ou interpretando uma realidade passada de modo a que faça sentido. Se conferir, porém, prioridade à economia como a dimensão explicativa na estruturação das sociedades humanas, selecionará fatos econômicos e os colocará em uma certa ordem, seja privilegiando as relações

de propriedade e produção, como o fazem os marxistas, seja atribuindo mais importância às relações de troca, ao mercado, e assim por diante.

Teoria, modelos e documentação são assim complementares e inseparáveis. Isto é mais ou menos consensual. Quero ressaltar outro ponto. Há uma outra dimensão dentro da prática da História para a qual os historiadores raramente voltam sua atenção. A associação entre teoria, modelos e documentos não basta para explicar o trabalho do historiador e a interpretação do passado que propõe. Aqui entram as formas. Para definir o que são formas, temos que ir por partes.

O passado, ou antes, o tempo, pode ser pensado como um fluxo contínuo de eventos infinitos. Já os vestígios do passado, pelo contrário, são necessariamente descontínuos e desconexos. O passado, como realmente aconteceu, não é sintetizado por ou nos documentos. Para narrar, descrever ou explicar realidades passadas, os historiadores têm que relacionar vestígios que foram produzidos em tempos e lugares diferentes, por agentes sociais diferentes, com propósitos diferentes. Para estabelecer essas relações, têm que pressupor que fazem parte de uma mesma realidade, que estão dentro de uma mesma unidade de sentido. É assim que impõem ordem ao caos da documentação, assumindo coerência e continuidade no que é, por si mesmo, incoerente e descontínuo. O procedimento básico para relacionar informações extraídas de documentos no universo incoerente dos vestígios do passado é um processo de generalização que cria formas ou, em outras palavras, grandes contextos.³

A História Científica é, assim, um jogo interpretativo entre certos modelos e teorias e certos documentos com base em generalizações ou contextos – as formas – que são admitidos ou aceitos como válidos pelos escritores e seus leitores. E tais formas ou contextos são necessários porque os documentos são sempre singulares e, do ponto de vista de um historiador, não têm sentido em si mesmos. Há vários graus no processo de generalização no trabalho do historiador. Definir um período é um deles: os historiadores assumem que um período específico tem certas características comuns, de modo que documentos produzidos numa mesma “época” podem ser relacionados uns aos outros, podem ser comparados, podem dialogar entre si.

³ Sobre a necessidade das formas, veja-se Marrou (1978, p. 118-119). Esse processo de contextualização, de aproximação de coisas aparentemente distintas, é obra das escolhas do historiador e, por conseguinte, de sua capacidade de “imaginação” (BLOCH, 1993, p. 159-162).

Quanto mais longo o período, mais rico o diálogo, mais documentos podem ser postos em relação. Por conseguinte, um período histórico confere ou atribui contemporaneidade a documentos que, rigorosamente, não são contemporâneos. Outra forma de generalização é nomear ou definir uma sociedade, ou uma cultura, ou uma área cultural, de modo que documentos atribuídos à mesma sociedade ou cultura possam ser relacionados entre si. E isto mesmo que os documentos tenham sido produzidos por agentes diferentes, para propósitos diversos e sejam de natureza muito diferente (como, por exemplo, objetos arqueológicos e textos). A agricultura romana é um caso entre tantos de uma pequena forma ou contexto, que permite aos historiadores conectar diferentes tipos de informação: textos remanescentes dos escritores agrícolas romanos, que escreveram em períodos totalmente diferentes e com propósitos distintos (de Catão, no século II a.C., a Paládio, no século IV d.C.); historiadores como Tito Lívio, Apiano ou Plutarco; documentos epistolares, como as cartas de Plínio, o jovem; enciclopédias, como a **História Natural** de Plínio, o antigo; e uma imensa série de restos arqueológicos, de ânforas a edifícios rurais. Mas, houve mesmo uma agricultura “romana” que nos permita relacionar fontes tão díspares?

“Agricultura antiga” seria também uma forma, ainda mais ampla, assim como “economia antiga” representaria uma forma ainda abrangente.⁴ Tais formas fazem parte de qualquer reconstrução histórica. Até mesmo os Estados-nacionais, que são o núcleo de boa parte da disciplina histórica desde o século XIX, são formas, aliás, bastante amplas. As maiores formas são as que tentam apresentar uma visão de História mundial.

Formas menores e maiores estão intimamente relacionadas. Os contextos menores são mais fáceis de controlar, porém mais pobres; as formas amplas são mais inteligíveis, mas muito mais arbitrárias. Nas grandes narrativas, que tentam dar sentido a grandes períodos da História, tais formas/contextos tendem a se tornarem entidades por si mesmas, quase naturais. Raramente se pensa nelas, mas é por meio dessas formas que os historiadores reconstituem fatos e realidades e aplicam suas teorias e modelos de História ou de sociedade.

⁴ A “economia antiga” é, precisamente, um dos pólos centrais do debate contemporâneo sobre a relação entre contemporaneidade e mundo clássico. A bibliografia é vastíssima. Um clássico é Finley (1980). Vejam-se, por último, a visão equilibrada de Schiavone (1999) e os artigos reunidos em Scheidel; Reden (2002). A revista **Annales** dedicou todo um número, em 1995, ao tema da economia antiga (cf. ANDREAU et al., 1995).

Talvez seja interessante fornecer alguns exemplos. Para evidenciar que a questão da forma não diz respeito apenas à História Antiga, mas é geral, utilizemos um exemplo tirado de uma História que nos é bem mais próxima, a chamada “História do Brasil”. Deixo claro que é um exemplo entre outros quaisquer, sem nada de especial.

Há uma pequena cidade perto de São Paulo – Santana do Parnaíba – cuja existência como povoação remonta ao século XVI. De seus registros cartoriais, possuímos uma pequena mas valiosa coleção de testamentos e inventários, em parte publicada, em parte conservada em forma manuscrita no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tais documentos cobrem, em sua totalidade, um período bastante longo, de modo geral do século XVI ao XIX. Tal coleção possui, em si mesma, unidade e coerência interna. Documenta formas de propriedade da terra, de bens móveis e de escravos, relações familiares e formas de sociabilidade dessa pequena e circunscrita comunidade ao longo de quatro séculos. Esta coleção de documentos fornece informações para uma História que é bastante inteligível e coerente, mas completamente local. Para um entendimento mais amplo, é necessário pôr esses documentos em diálogo com outras coleções, ou seja, inseri-los em um contexto maior. A estrutura da propriedade territorial, os tipos de bens produzidos e consumidos, as relações pessoais e familiares aparecem sob uma luz nova se confrontados com documentos da Província de São Paulo, à qual Santana do Parnaíba pertencia. Essa ampliação do diálogo explica certas peculiaridades encontradas nos documentos, como a escassez de moeda cunhada nos períodos mais antigos, a presença de índios nativos como escravos ou a grande quantidade de dívidas legadas pelos defuntos aos herdeiros. Estas são características da colonização muito específica da região de São Paulo, a primeira cidade fundada pelos portugueses no planalto do interior do Brasil. Esta História, no entanto, adquire ainda mais sentido se vista no contexto documental mais amplo da História do Brasil colonial e imperial e, em um nível ainda mais abstrato, da História da Europa. É possível, com efeito, confrontar muitos aspectos dos rituais e das concepções relacionados à morte com aqueles da Europa católica dos séculos XVI a XVIII. As semelhanças são muitas, e as transformações ao longo do tempo seguem caminhos semelhantes. De certo modo, assim, a coleção de Santana faz com que Parnaíba se torne parte da História da Europa e da colonização e expansão do Cristianismo para os trópicos.

Mas em que sentido isso é verdade? Empregando contextos mais vastos, enriquecemos nossa compreensão do passado, damos maior significado a realidades locais ou coleções documentais, mas também corremos maiores riscos. As formas tornam-se mais abstratas e intangíveis. Os períodos de cada forma não correspondem exatamente uns aos outros, e as realidades sociais que produziram os vestígios podem ser muito diferentes no tempo e no espaço (por exemplo, os cemitérios só foram introduzidos no Brasil em meados do século XIX, enquanto na Europa datam de cinquenta anos antes). Como disse, esta é um via de mão dupla. Contextos menores são meios para se construir contextos maiores, e vice-versa. A coleção de Santana do Parnaíba faz parte da História do Brasil. Nos ajuda a entender sua História e é mais bem compreendida dentro dela. O especialista em Santana do Parnaíba também é uma especialista em História brasileira.

Ora, Brasil é agora um Estado-nacional plenamente constituído, mas também é uma forma para se escrever uma História específica, de um objeto definido. O que é este objeto? A resposta poderia ser talvez todos os fatos, ações e idéias produzidos por pessoas que viveram no espaço territorial que hoje é o Brasil. Mas tal raramente é o caso. A História brasileira começa tradicionalmente com a chegada dos europeus em 1500, e o restante do território, que hoje é o Brasil, só adentra a História na exata medida da expansão da colonização. A História do Brasil ainda é a História do Estado e da sua transformação de colônia em país independente.⁵

A grande maioria dos historiadores brasileiros concorda, hoje, que este é um ponto de vista eurocêntrico e que se deveria começar com os primeiros habitantes do território brasileiro. Mas que território? O atual? Como definir os limites espaciais dessa História ao longo do tempo? Note-se que o Brasil só se tornou um Estado-nacional em 1822 e que suas fronteiras atuais só se fixaram no princípio do século XX. A própria idéia de uma identidade brasileira é bastante recente, um produto consciente do Estado imperial e das elites do século XIX, que criaram e impuseram um idioma unificado e escreveram as

⁵ A arbitrariedade da forma “História do Brasil” é, sobretudo, evidente na subdivisão “Brasil colonial”, termo que a historiografia contemporânea, sintomaticamente, tende a substituir pelo de “América portuguesa”: “O título que se preferiu para este volume – Cotidiano e vida privada na América portuguesa – não é, pois, apenas uma questão de modéstia ou de prudência. É que desejamos, desde logo, patentear nossa preocupação de evitar o anacronismo subjacente a expressões como ‘Brasil Colônia’, ‘período colonial da História do Brasil etc’. Pois não podemos fazer a história desse período como se os protagonistas que a viveram soubessem que a Colônia iria se constituir, no século XIX, num Estado nacional” (NOVAES, 1997, p. 17).

primeiras versões de uma História nacional. Obviamente, Brasil é um tema de estudo assaz importante, mas é também evidente que se trata de uma forma projetada do presente sobre o passado para criar contextos significantes.

A mesma interação entre formas mais amplas e mais restritas aplica-se à História Antiga e podemos pensar em exercícios análogos. Coleções coerentes de documentos são, para a Antigüidade Clássica, bem mais raras, mas não de todo inexistentes. Uma das mais interessantes é o chamado arquivo de Hierônimo, uma enorme coleção de papiros escritos em grego que agrupa, principalmente, cartas relativas a uma grande propriedade privada no Egito romano, localizada numa circunscrição denominada *nomos* Arsinoita, e datadas do III século d.C. (entre aproximadamente 247 e 270). A maioria das cartas refere-se a uma mesma unidade de produção agrícola na aldeia de Theadelphia. Por si só, esta coleção tem um caráter unitário e foi base de um recente e instigante debate.⁶ Ilumina, de modo notável, vários aspectos da História social, agrícola e econômica de ...? Como preencher esses três pontos? Esta é a chave da questão. Dependendo de quão longe se esteja disposto a ir, no curso das generalizações, a coleção de Hierônimo ilumina a História de um único proprietário, ou da aldeia de Theadelphia, ou do *nomos* de Arsinoe, ou do Egito romano no século III d.C. e assim por diante. Se posta em diálogo com outros documentos, como a grande coleção de papiros encontrados na localidade de Oxyrrinco, pode ajudar a entender o Egito sob dominação estrangeira, grega e romana. Ou, em um contexto ainda mais amplo, por exemplo, as formas de agricultura e administração de propriedades rurais no Império romano. Podemos comparar, digamos, as atitudes do administrador da propriedade, um tal de Hermógenes, com informações que encontramos em outros tipos de fontes. Por exemplo, com Columella e seus raciocínios sobre a produção de vinho, ou com Varrão e seus cálculos sobre a lucratividade da criação de pequenos animais. Com uma forma ainda mais ampla, podemos comparar o conjunto de Hierônimo com outros arquivos de proprietários de terra, como o famoso arquivo de Zeno, que é da mesma região, mas data do Egito ptolomaico.⁷ Em um contexto muito vasto, por exemplo, a “Economia antiga”, o arquivo de Hierônimo pode dialogar com uma verdadeira biblioteca

⁶ Sobre o arquivo de Hierônimo, veja-se Rawlandson (1996) e Rathbone, (1991).

⁷ Sobre o arquivo de Zeno, veja-se Rostovtzeff (1922)

de documentos e assim nos ajudar a pensar um jogo inteiro de semelhanças e diferenças entre passado e presente. Quanto mais vasto o contexto, tanto mais rico, mas, tanto maior sua arbitrariedade, tanto maiores os riscos de relacionar coisas não relacionáveis. Não devemos recusar as grandes formas. Nós precisamos delas. Mas devemos ter muito cuidado ao empregá-las e estar plenamente conscientes de sua existência e influência. Não podem ser consideradas como puros fatos, elementos concretos da realidade.

É impossível para um historiador entender o passado sem formas. Mas deveríamos estar muito conscientes de sua arbitrariedade, porque elas não são inocentes ou totalmente inofensivas. Por exemplo, a história tradicional do Brasil reforçou a identificação da elite com a Europa e ajudou a apagar as raízes africanas e indígenas do país. Ainda hoje, os índios nativos brasileiros não têm, praticamente, nenhuma História. Isto significa que todas as formas produzem, ao mesmo tempo, memória e esquecimento, visibilidade e invisibilidade.

E se não é possível passar sem as formas, é necessário determinar com clareza como e por que foram criadas e quais seus efeitos para nossa compreensão do passado e da história humana como um todo. Esta consciência abre para os historiadores a possibilidade de produzir visões alternativas, de criar ou escrever outros passados. E isto pode ser útil (e é mesmo necessário) numa época de grandes transformações como a atual. Para tornar a compreensão do passado mais útil para o presente, devemos repensar as formas tradicionais pelas quais ainda pesquisamos, escrevemos e ensinamos História. A História que é produzida em muitas universidades no Brasil e no exterior, ou a que é ensinada nos currículos escolares de diversos países, ainda é em grande parte eurocêntrica. Baseia-se em uma concepção evolutiva de história humana que ainda mantém a Europa no centro dos fatos, ações e idéias mais pertinentes para serem interpretados, compreendidos e narrados.

Alterar as formas não é uma tarefa fácil. O próprio sistema educacional e as divisões de pesquisa tradicionais tendem a se reproduzir por inércia. Historiadores só pensam nestas grandes formas muito raramente, tomam-nas por dadas, como entidades naturais. As formas influenciam e até mesmo determinam suas interpretações de um modo quase inconsciente, o que é evidente nas narrativas maiores, mas ocorre mesmo nos trabalhos altamente especializados e circunscritos.

HISTÓRIA ANTIGA?

Os mesmos processos de produção de memória e esquecimento e de estruturação do passado por uma forma artificial e arbitrária aplicam-se à História Antiga. É verdade que é um objeto muito mais distante que, digamos, a história contemporânea dos Estados-nacionais, mas também é concebida por uma projeção do presente no passado, embora de um modo mais complexo. Meu segundo objetivo neste artigo será examinar o modo de produção dessa forma.

Como qualquer forma, História Antiga é útil e arriscada. Aqui explorarei apenas os riscos, as incongruências e artificialidades, começando pelo próprio termo pelo qual nomeamos a disciplina. Por que é antiga? O que significa antigo? É, obviamente, o oposto de recente, moderno, ou contemporâneo. História Antiga deveria ser assim a parte mais antiga da História Contemporânea, a história de suas origens, de seus começos. Define um período na História. Mas um período de que História?

A idéia da existência de uma História antiga foi desenvolvida por pensadores do Renascimento (DEMANT, 2000, p. 997). Pressupunha, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma recuperação, religiosa e cultural, entre dois mundos. Uma ruptura que dava um certo sentido à História, como a recuperação de algo perdido, como a restauração de um laço que tinha sido rompido durante a assim chamada História do Meio, a História Medieval. Deste modo, associava seu mundo contemporâneo, a Europa dos séculos XV-XVI, com um certo passado. Para eles, era a História antiga do seu mundo. Mas é ainda a História antiga de nosso mundo? Muitos manuais contemporâneos e currículos escolares e universitários ainda a denominam de História do Mundo Antigo. Mas é evidente que não se trata da História antiga do mundo.

De fato, a própria idéia de História Antiga representa uma visão européia da História, um certo modo de ver a História mundial de uma perspectiva européia (MOMMSEN, 1965, p. 153; BENTLEY, 2001). É um ponto de vista muito particular, mas que se apresenta como universal e natural. É uma forma e, como disse, formas não são inocentes. Em escolas e universidades brasileiras (o que também é verdade em muitos outros países), a História é ensinada como uma sucessão evolutiva que chega ao presente seguindo certos períodos: Pré-História, que normalmente é mais geral, ainda que normalmente não incluía

as Américas; depois História Antiga; Medieval; Moderna e Contemporânea. Só existe História na Europa. Até mesmo o Brasil e as Américas só são incluídos em programas e currículos de História depois de sua “descoberta” por europeus, isto é, só quando se tornam uma parte da História da Europa.

Mas os problemas com esta forma não se restringem a seu eurocentrismo. Há outros entraves, mais conceituais. Até mesmo dentro do que poderia ser considerado uma História da Europa, a posição e o significado da História Antiga não são totalmente claros. É realmente a História antiga da Europa e, caso seja, em que sentido específico? Não há, certamente, nenhuma continuidade social ou política entre o mundo da História antiga e a Europa contemporânea. Mas não há nem mesmo continuidade espacial. O Império romano, que constituiu a maior unidade política dentro do que chamamos História antiga, incluiu áreas que ninguém hoje definiria como européias: o norte de África, partes do Oriente Médio, talvez a Turquia. Por outro lado, não alcançou outras áreas que hoje reivindicam ser parte da Europa, como a Rússia, todos os países europeus orientais e a Península escandinava. De um modo curioso, a História Antiga é eurocêntrica, mas não é, em absoluto, a História da Europa. Não é só uma projeção da Europa no passado, é outro tipo de projeção.

As incongruências conceituais da História Antiga não se restringem ao que poderíamos chamar de seu conteúdo ideológico. Há outras incoerências em seu interior. Há outras formas dentro da História Antiga. Em muitos países, como o Brasil, História Antiga é ensinada e pesquisada dentro de três divisões principais: Antigo Oriente Próximo (principalmente Egito e Mesopotâmia), Grécia e Roma. É deste modo que a História Antiga aparece nos livros didáticos, e assim é estruturada uma grande parcela da pesquisa acadêmica (ainda que não toda).⁸ Esta divisão tripartite é apresentada ao público em geral na forma de uma sucessão cronológica, como se a tocha da História, na corrida de revezamento que é o progresso da humanidade, tivesse sido transmitida progressivamente de Leste a Oeste. Como se a História se apagasse progressivamente a Leste, para reacender-se a Oeste, à medida que o foco da civilização se deslocava.

⁸ Veja-se, por exemplo, para o caso inglês, o NATIONAL CURRICULUM (1991).

Um segundo problema diz respeito à diversidade de critérios desta divisão tripartite. Em termos conceituais, ela é bastante incongruente. O Oriente Próximo é uma partição geográfica, definindo um vastíssimo espaço territorial, mas não, necessariamente, tipos de sociedade ou culturas específicas. Nenhuma unidade essencial marca a longuíssima História do assim chamado Oriente Próximo e sim, muito pelo contrário, uma grande diversidade de povos, culturas e organizações sociais.

O critério que define a História da Grécia é mais complexo. Afinal de contas, o que dá unidade à história grega? Não é a História de um país específico ou de um território, já que “gregos se espalharam por toda a bacia do Mediterrâneo e além”. Seria um idioma comum, ou uma cultura comum, ou uma religião compartilhada? Mas, recentes estudos mostram que a formação de uma identidade grega foi um longo processo, que assumiu diferentes sentidos ao longo dos séculos. Nunca correspondeu a uma sociedade uniforme, a uma mesma cultura ou a um Estado unificado. Além disso, nunca se tornou uma identidade precisa. Atenas e Esparta, para citar os exemplos clássicos, eram ambas cidades gregas, mas social e culturalmente bastante diferentes. E o que dizer sobre os tessálios, os epirotas, os arcádios, os macedônios, os gregos do Mar Negro, os gregos sob o Império romano? De que trata uma História da Grécia Antiga? Qual é seu objeto específico, no espaço e no tempo? Quais são os parâmetros para se definir uma História da Grécia?⁹

Esta forma, na prática e tal como empregada cotidianamente, reúne alguns parâmetros vagamente culturais a um parâmetro político que é claramente dominante. O que é denominado História da Grécia normalmente é apenas a História de algumas cidades-Estados enquanto permaneceram como Estados independentes. Uma História que começa com Homero e vai até Alexandre ou, quando muito, até a conquista romana. Em livros didáticos e manuais, tende a ser essencialmente uma História de Atenas e Esparta, precisamente as duas cidades menos típicas que poderíamos pensar como fazendo parte do mundo grego.

A História de Roma apresenta algumas dificuldades específicas. É a História de uma cidade ou de um Império? Se for a História de uma cidade,

⁹ A historiografia mais recente tem alertado, cada vez mais, para a necessidade de se considerar a “identidade” da Grécia antiga em seus próprios termos, como uma identidade construída ao longo de séculos e em permanente transformação. Vejam-se, entre outros, os artigos reunidos em Malkin (2001).

por que os historiadores privilegiam Roma entre tantas cidades contemporâneas que, ao longo de sua história, foram até mesmo mais potentes ou importantes? Será por causa de seu destino manifesto de um dia tornar-se centro de um Império? Mas deste modo projeta-se, retrospectivamente, o futuro no passado, explica-se o passado pelo futuro já conhecido. E as outras cidades contemporâneas, por que são omitidas dessa História ou, quando muito, aparecem como coadjuvantes, como objetos de conquista? Nada acontecia nelas enquanto Roma, por sua própria vontade de poder e incomparável virtude, acumulava poder?

A História da cidade de Roma só faz sentido no contexto de um mundo de outras cidades e Impérios. Sua expansão não se deu num vácuo. Podemos perfeitamente considerar que seu Império constituiu-se não pela força de uma vontade particular e única na História, mas pelas próprias fraquezas e necessidades estruturais do mundo a seu redor.

Mas ainda há outro problema. De repente, “Roma” já não significa uma cidade, mas um Império. Ou antes, e de maneira confusa, significa ambos ao mesmo tempo. E muitas Histórias de Roma, acima de tudo as que se centram na História constitucional ou política, não se preocupam com esta ambigüidade.¹⁰ Muitos livros e artigos falam de “sociedade romana”, “cultura romana”, “economia romana” etc, sem sentir qualquer necessidade em especificar se estão falando sobre Roma, a cidade, ou sobre a Itália, ou o Império como um todo.¹¹ Na verdade, sob o Império, não há uma única sociedade ou economia “romanas”, mas uma imensa diversidade de idiomas, costumes, culturas e sociedades.¹² A História de Roma tradicional, que é uma História constitucional, cadenciada pela sucessão dos imperadores, não dá conta dessa vasta multiplicidade e variedade culturais, das múltiplas Histórias que podemos identificar em seu interior.

Estas são algumas incongruências conceituais nas formas que empregamos para pensar e produzir História Antiga. É possível mostrar algumas razões para estas incongruências.

¹⁰ O caso é particularmente nítido nas histórias de viés constitucional, como, para citar um exemplo, em Raaflaub & Toher (1990).

¹¹ Vejam-se, por exemplo, as incongruências do influente manual de Garnsey & Sallers (1987) ou o título de uma coletânea recente de artigos de Paul Veyne (1991) ou a série da qual faz parte o volume **L'homme romain**, dirigido por Andrea Giardina (1992).

¹² Diversidade da qual a historiografia recente vem, pouco a pouco, dando-se conta. Vejam-se, por exemplo, Lepelley (1998) e os artigos editados por Huskinson (2000).

Os historiadores da Antigüidade têm à sua disposição uma extensa gama de tipos diferentes de fontes: papiros, moedas, vestígios arqueológicos, textos epigráficos. Mas as fontes determinantes, que moldaram a constituição da própria concepção de uma História Antiga, foram os livros produzidos ao longo de mais de um milênio, principalmente em grego e latim. Tais obras são o produto de uma tradição literária e escolar que denominamos Tradição Clássica (há poucas tradições literárias semelhantes no mundo). Como sabemos, essas obras não foram produzidas num mesmo tempo e lugar. Não formam o que poderíamos denominar de um mundo literário contemporâneo. São, propriamente falando, uma tradição, um longo processo de acúmulo e descarte de textos ao longo de séculos (HIGHET, 1949; WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, 1982). Trata-se de um magnífico instrumento para o pensamento, um estoque para realizações intelectuais e o que podemos considerar como a memória expandida de diferentes sociedades numa longuíssima duração. Mas o fato é que não representa nenhum período ou sociedade em particular. É antes a condensação de todas as sociedades, culturas e séculos que produziram os textos contidos em seu interior. É verdade que a Tradição Clássica tem uma unidade interna, pois os livros recorrem uns aos outros, estão organizados em gêneros específicos, são a base de uma tradição que seguimos ainda agora e que alguns chamam de Civilização Ocidental. Mas a própria unidade da tradição representa um perigo para os historiadores.

No final século XVIII e durante o século XIX, os historiadores começaram a produzir História a partir dessa tradição, empregando e desenvolvendo métodos novos de crítica documental para extrair dos textos a sociedade e a cultura que os tinham produzido. As narrativas históricas das próprias fontes eram, ao mesmo tempo, um limite e um guia (AMPOLO, 1997). De qualquer modo, suas informações tinham que ser investigadas para atender o interesse dos novos historiadores.

De um modo bastante natural, os historiadores do século XIX ordenaram as informações que encontraram nas fontes, criando formas ou contextos para lhes dar significado. Contextos que, como vimos, eram capazes de unir e separar documentos e de pô-los em diferentes tipos de diálogo. Um primeiro contexto era dado pelo idioma das fontes: latim e grego eram percebidos como possuindo duas tradições relacionadas, mas diferentes. Formavam, assim, a base para duas Histórias (CLARKE, 1959, p. 99). Mas Histórias de quê?

Se tivermos em mente que a disciplina da História desenvolveu-se ao longo do século XIX, em grande parte a serviço dos Estados-nacionais emergentes, e sob o pano de fundo de seus conflitos, torna-se compreensível que a política e, até mesmo, a idéia de “nação” tenha sido um dos fundamentos das formas criadas naquele momento (HENTSCHKE; MUHLACK, 1972, p. 91-127; PAVAN, 1977, p. 94; AMPOLO, 1997, p. 86). A História da Grécia foi concebida como a História de uma nação politicamente dividida, cuja unidade era antes cultural ou, até mesmo, racial (MOMIGLIANO, 1992, p. 459). A História de Roma derivou, em parte, das narrativas das próprias fontes antigas, mas relidas como contando a História de um Estado-nacional expansionista, de um povo com suas virtudes especiais e seu caráter particular. A passagem da cidade-Estado para o Império, por outro lado, era descrita (e ainda, muitas vezes, o é) por um ângulo exclusivamente constitucional: a transformação de um sistema político republicano em um sistema imperial. Como se a escala da própria História não mudasse! De certo modo, ainda estruturamos nossa disciplina ao redor da idéia de nação, por mais que hoje isso pareça anacrônico (GOLDHILL, 2000).

As duas outras noções que determinaram e ainda influenciam as formas da História Antiga foram as de civilização e de progresso. Os livros da Tradição Clássica foram considerados produtos de civilizações diferentes, cada qual com suas próprias características. Oriente Próximo, Grécia e Roma foram assim colocados numa espécie de sucessão, num processo civilizatório que culminaria na civilização ocidental européia. Ainda falamos a seu respeito em termos de “civilizações” quando, na realidade, a idéia de civilização é extremamente ambígua. Se serviu aos propósitos de legitimar a hegemonia mundial européia no século XIX e em grande parte do XX não é um conceito muito científico. Às vezes, é empregado como sinônimo de cultura em geral; às vezes, refere-se apenas a uma parte da produção cultural de uma sociedade; outras, é usado para diferenciar povos “primitivos” daqueles “desenvolvidos”. Não está claro o que lhe dá unidade conceitual: um espírito comum, uma raça, um idioma? De certo modo, civilização é um termo igualmente anacrônico e excessivamente vago e ideológico.¹³ Talvez não precisemos rejeitá-lo por completo, desde que

¹³ Vejam-se os textos reunidos em Rundell; Mennell (1998), em particular os artigos de Lucien Febvre, sobre a história do termo e o de Norbert Elias, sobre a relação entre os conceitos de civilização e cultura e a formação dos Estados-nacionais.

o restringimos, com mais precisão, à cultura erudita, escrita, ou seja, à própria tradição de pensamento, ensino e escrita que produziu a Tradição Clássica e da qual a Tradição Cristã, também escrita, representa a continuidade com a qual se construiu uma identidade que chamamos de Civilização Ocidental.

A Tradição Clássica forma uma unidade real. Mas isso nos apresenta um último problema. Não foi o produto de uma única cultura ou de uma única sociedade, mas de uma grande diversidade de culturas e sociedades ao longo de milênios. Cada um dos textos dessa tradição foi produzido em contextos completamente diferentes, em sociedades diferentes, em momentos e lugares distintos. Não há nenhuma sociedade grega unitária por detrás da tradição de livros gregos, nem uma sociedade ou uma cultura romana incorporada na tradição em latim. A relação entre sociedade e literatura é aqui extremamente complexa, acima de tudo porque estamos lidando com uma tradição de longo prazo. Só o Império Romano deu uma certa unidade a este mundo, principalmente uma unidade política, é verdade, mas que progressivamente tornou-se também, até certo ponto, social e cultural.

CONCLUSÃO

As idéias aqui apresentadas não pretendem negar a existência ou a importância de se estudar História Antiga. Seu objetivo é desenvolver uma consciência mais clara do que fazemos e de como apresentamos o passado para nossas audiências, leitores, estudantes ou o público geral. O que chamamos História Antiga é ainda um recorte útil para o presente, desde que reconheçamos sua arbitrariedade. Em primeiro lugar, porque se baseia numa tradição intelectual que é muito rica em termos humanos. Os textos clássicos são interessantes em e por si mesmos. Vale a pena lê-los: alguns são verdadeiros tesouros para a humanidade. Em segundo lugar, a tradição que estudamos e transformamos em História é, ainda, nossa própria tradição. Somos parte dela, mesmo no Brasil. A própria Ciência é herdeira direta da Tradição Clássica. Por fim, a história daquele mundo é uma História interessante, ainda que não seja a história antiga do mundo. Vale a pena estudá-la, mas creio que deva ser transformada para atender às necessidades do presente. Ela deve libertar-se das formas que se tornaram anacrônicas.

Deve, antes de tudo, abandonar suas pretensões à universalidade. Trata-se de uma História particular, específica. Deve, além disso, ultrapassar as velhas divisões em seu interior e romper com a idéia de uma linha de progresso. Algumas tentativas interessantes foram feitas em anos recentes para ver este mundo com olhos diferentes. Curiosamente, duas das mais instigantes têm uma forte influência de F. Braudel e I. Wallerstein e de sua capacidade e ambição de construir vastos objetos históricos: a determinação de diferentes sistemas-mundo no passado (CHASE-DUNN; HALL, 1991; FRANK; GILLS, 1993) e o estudo do Mediterrâneo como unidade básica de estudo, mas agora com uma perspectiva eminentemente ecológica (HORDEN; PURCELL, 2000; SHAW, 2001). Outras maneiras são possíveis. Uma possibilidade, talvez inescapável, é a de conscientemente projetar no passado as preocupações de nosso presente. E como mostram as tendências mais recentes da disciplina, esse “mundo antigo” pode ser pensado como resultante de um longo processo de integração de povos: cidades, impérios, tribos, que povoaram as margens do Mediterrâneo e as terras continentais adjacentes, como uma “micro-globalização” regional, que pode nos ajudar a pensar problemas do mundo contemporâneo.

De certo modo, o Império Romano culmina essa História e representa um fenômeno de integração, senão análogo, ao menos paralelo ao que vivemos, pois se sobrepôs às cidades-Estado, tribos e impérios, da mesma maneira que as forças do capital hoje se sobrepõem aos Estados-nacionais. As diferenças são muitas: a unificação hoje se dá por mecanismos econômicos e não políticos, embora a força militar dos EUA seja um fator de grande importância na manutenção do atual sistema internacional. O Império Romano nos faz pensar, e temer, na possibilidade de uma grande integração mundial, que seja econômica, cultural ou social, mas que nos retira o espaço de decisão política que os Estados-nacionais ainda representam.

Creio que essa história de integração ainda é capaz de propor questões muito pertinentes ao presente, que se vê diante de problemas semelhantes, mesmo que de modo totalmente próprio e diverso. O diálogo entre essas duas experiências históricas pode ser rico e revelador. A História que produzimos, escrevemos e ensinamos, a História Antiga, como a chamamos, ainda nos diz respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPOLO, C. **Storie Greche**. La formazione della moderna storiografia sugli antichi Greci. Turim: Einaudi, 1997.

ANDREAU, J. et al. L'Économie Antique. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, 50, 5, 1995.

ANKERSMIT, F. R. Historical Representation. **History and Theory**, v. 27, 3, p. 205-228, 1988.

BENTLEY, J. H. Shapes of World History in Twentieth-Century Scholarship. In: ADAS, M. (Ed.). **Agricultural and Pastoral Societies in Ancient and Classical History**. Philadelphia: Temple University Press, 2001. p. 3-35.

BLOCH, M. **Apologie pour l'histoire ou métier d'historien**. Édition critique préparée par Étienne Bloch. Paris: Armand Colin, 1993.

CAMERON, A. Postlude: what next with history. In: CAMERON, A. (Ed.). **History as texts**. The writing of ancient history. London: Duckworth, 1989. p. 206-208.

CHASE-DUNN, C.; HALL, T. D. (Ed.). **Core/Periphery Relations in Precapitalist Worlds**. Boulder: Westview Press, 1991.

CLARKE, M. L. **Classical Education in Britain, 1500-1900**. Cambridge: University Press, 1959.

DEMANT, A. Epochenbegriffe. In: LANDFESTER, M. (Ed.). **Der Neue Pauly. Enzyklopädie der Antike**. Stuttgart: Verlag J. B. Metzler, 2000. p. 996-1001.

FINLEY, M. I. **A economia antiga**. Porto: Afrontamento, 1980.

FRANK, G.; GILLS, B. K. (Ed.). **The World System**. Five hundred years or five thousand? London; New York: Routledge, 1993.

GARNSEY, P.; SELLERS, R. **The Roman Empire**. Economy, society and culture. London: Duckworth, 1987.

GIARDINA, A. (Org.). **L'Homme romain**. Paris: Seuil, 1992.

GOLDHILL, S. Whose Antiquity? Whose Modernity? **Antike und Abendland**, 46, p. 3-20, 2000.

HENTSCHKE, A.; MUHLACK, U. **Einführung in die Geschichte der klassischen Philologie**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972.

HIGHET, G. **The Classical Tradition**. Oxford: Clarendon Press, 1949.

- HORDEN, P.; PURCELL, N. **The Corrupting Sea**. A Study of Mediterranean History. Oxford: Blackwell, 2000.
- HUSKINSON, J. **Experiencing Rome**. Culture, Identity and Power in the Roman Empire. London: Routledge; The Open University, 2000.
- LEPELLEY, C. (Org.). **Rome et l'intégration de l'Empire**. 44 av. J.C.- 260 apr. J.C. tome 2: Approches régionales du Haut-Empire Romain. Paris: PUF, 1998.
- MALKIN, I. (Ed.). **Ancient Perceptions of Greek Ethnicity**. Cambridge/Massachusetts; London: Harvard University Press, 2001.
- MARROU, M.-I. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOMIGLIANO, A. **Nono Contributo alla Storia degli Studi Classici e del Mondo Antico**. La unità della storia politica greca. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1992.
- MOMMSEN, H. História Social. In: **História**. Enciclopédia Meridiano/Fischer. Lisboa: Meridiano, 1965. p. 153.
- NATIONAL CURRICULUM. **History in the National Curriculum** (England). Departments of Education and Science. London: HMSO Publication Center, 1991.
- NOVAES, F. A. Condições da privacidade na Colônia. In: SOUZA, L. de M. e (Org.). **História da vida privada no Brasil**, I: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-39.
- PAVAN, M. **Antichità classica e pensiero moderno**. Florença: La Nuova Italia, 1977.
- RAAFLAUB, K.; TOHER, M. (Ed.). **Between Republic and Empire**. Berkeley: University of California Press, 1990.
- RATHBONE, D. **Rationalism and rural society in third-century A.D. Egypt**. Cambridge: University Press, 1991.
- RAWLANDSON, J. **Landowners and Tenants in Roman Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- REEVE, M. Introduction. In: HARRISON, S. J. (Ed.). **Texts, Ideas and the Classics**. Scholarship, Theory and Classical Literature. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 245-251.
- ROSTOVITZ, M. **A Large Estate in Egypt in the 3rd B.C.** A Study in Economic History. Oxford: Madison, 1922.

RUNDEL, J.; MENNELL, S. (Org.). **Classical Readings in Culture and Civilization**. London: Routledge, 1998.

SCHEIDEL, W.; REDEN, S. von. **The Ancient Economy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002.

SCHIAVONE, A. **La Storia Spezzata**. Roma antica e Occidente moderno. Bari: Laterza, 1999.

SHAW, B. Challenging Braudel: a new vision of the Mediterranean. **Journal of Roman Archaeology**, 14, p. 419-453, 2001.

VEYNE, P. **La société romaine**. Paris: Seuil, 1991.

WILAMOVITZ-MOELLENDORFF, U. von. **History of Classical Scholarship**. Ed. with introduction and notes by Hugh Lloyd-Jones. London: Duckworth, 1982.

A MORPHOLOGY OF HISTORY: THE FRAMES OF ANCIENT HISTORY

ABSTRACT

History as a scientific discipline is the object of this article. Its aim is to define the ways historians narrate the past through building “frames” that give sense and unity to disconnected information. The article analyzes particularly the shapes that are put in operation in the so-called “Ancient History”, revealing the prejudices that underlie the discipline.